



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 02/2025 - DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DE
CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2025**

Ao trigésimo dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às 10h00, reuniram-se vereador e servidores para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2025, realizada de maneira presencial no auditório Vereador Francisco Ribeiro Cardoso (PLENARINHO), localizado na Câmara Municipal do município de Araucária, na rua Irmã Elizabeth Werka, 55 - Estação. Esteve presente para conduzir a audiência pública o Vereador Leandro Andrade Preto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, o Vereador Olizandro José Ferreira Júnior Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, o Secretário de Finanças Sr. Vinicius Henrique Lucyszyn, a Diretora do Departamento de Gestão Orçamentária, Sr^a Daniela de Oliveira Klein, o assessor da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. William Guilherme Galvão e o Chefe Financeiro da Câmara Municipal – Eduardo Faria Blaszczyk. O vereador Celso Nicácio da Silva, também membro da Comissão de Finanças e Orçamento, justificou sua ausência através do Memorando nº 13/2025 sob o protocolo nº 85928/2025. O Vereador Leandro Andrade Preto cumprimentou a todos e declarou aberta a Audiência Pública, após, nomeou como relator o Vereador Olizandro José Ferreira Júnior e solicitou para o mesmo realizar a leitura do Edital de Audiência Pública nº02/2025. Com a palavra, o vereador Olizandro realizou a leitura. Após o vereador Leandro convidou o assessor da Secretaria de Finanças, Sr. William Guilherme Galvão, para apresentar os dados da apresentação de contas do poder Executivo, o qual cumprimentou a todos e realizou a apresentação. Ao término da apresentação, o Vereador Leandro abriu espaço para perguntas. O Vereador Olizandro Júnior pediu a palavra, relatando ter duas perguntas e afirmando que todos sabemos da importância do cumprimento das Metas Fiscais e não podemos esquecer da Transparência, que é o que buscamos. Diante disso, o mesmo questiona sobre os valores a serem destinados a obras paradas em nosso município, informa não ter certeza, mas uma média de dezenove obras sem conclusão. O vereador Olizandro indaga se já existe o dinheiro designado a essas obras. A Diretora do Departamento de Gestão Orçamentária, Sr.^a Daniela de Oliveira Klein, informa que cerca de oito milhões já constam no orçamento, porém estão dependendo dos trâmites de licitações e desembolso do crédito para continuidade dessas obras. Vereador Olizandro relata que uma das questões que a população cobra muito é referente ao dinheiro arrecadado pelas multas aplicadas no município. Questiona se podem esclarecer o valor arrecadado diante do número excessivo de multas que acontece. Sr. William relata que este valor ele aparece em mais de um grupo de receita, informa ainda que não trouxeram este valor em uma forma analítica, pois a finalidade desta prestação é um pouco mais macro do que no micro, relata ainda que podem agrupar este valor, Vereador Leandro comenta que o valor está agrupado nos impostos que são arrecadados, William demonstra em alguns slides, relatando que o valor entra no caixa principal da prefeitura e é distribuído para os pagamentos pertinentes. Vereador Olizandro ressalta que gostaria de esclarecer para população um dos projetos que estão trabalhando na Câmara Municipal se nomeando como responsável, o projeto em questão é da transparência em relação ao quanto o município arrecada em multa e para o que vai ser destinado este recurso, este projeto logo entra em votação. Vereador Leandro questiona se mais alguém tem alguma pergunta, o Sr. Waldiclei Barboza, do jornal O Popular, solicita seu momento de fala, Sr. Waldiclei inicia relatando que sabe que a apresentação é muito quadrada, mas que podemos aproveitar para tirar algumas dúvidas e afirma que a equipe da secretaria de finanças é muito solícita em responder. Informa que tem 3 dúvidas que têm lhe causado preocupação, relata que





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

tem visto que nosso carro-chefe das arrecadações são as cotas partes de ICMS. E temos visto um movimento muito grande em Araucária, inclusive com outros impactos, que é com relação às cargas de diesel que têm vindo do porto de Paranaguá para abastecer os tanques das distribuidoras de Araucária e depois fazer a distribuição. Pensamos, obviamente, no primeiro impacto que seria o impacto do trânsito. Ressalta que a verdadeira dúvida dele é com relação ao modo como é feita a tributação deste diesel, porque sabemos a tributação quando sai da Repar e vai para os tanques. O CNPJ da Repar e da distribuidora são baseados aqui em Araucária. Estão, em tese, contribuindo para a receita de ICMS de Araucária. Embora nosso VAF seja de 2013 e não altere o VAF de 2023 para 2025, temos o cômputo global do que está sendo arrecadado. Relata estar com dúvida. Se o fato de o município não estar comprando das distribuidoras locais, não estarem comprando da Repar e sim trazendo do porto de Paranaguá, impacta nas nossas receitas e, caso impacte, se a secretaria já sabe como mitigar essa perda. Sra. Daniele informa que, em questão aos tributos, o departamento orçamentário não tem esses dados da forma que é feita a fiscalização, esta questão envolve mais os auditores fiscais. O Secretário de Finanças, Sr. Vinicius Henrique Lucyszyn solicitou seu momento de fala informando que irá complementar a fala de Daniele, inicia cumprimentando a todos e relata que tivemos uma baixa na arrecadação de ISS, então pode influenciar na prestação de serviços dessas empresas. E o ICMS entra na cota do estado, a nota emitida lá no porto de Paranaguá, então entra para o estado e é dividido, explica ainda que tivemos uma diminuição grande na nossa contrapartida do ICMS. Na prestação de serviços, relata já terem visto e se compromete em mitigar e trazer futuramente. Waldiclei questiona sobre a implementação do Projeto de Lei Complementar que foi de 2023 com relação ao IPTU, informa saber que este é o primeiro ano que a nova legislação está sendo aprovada devido a todos os trâmites, alega ter disparado os valores venais dos terrenos, o mesmo relata querer entender se existe algum projeto ou intenção da prefeitura em repensar esta questão do valor venal e se já tem um prognóstico com relação ao quanto essa mudança no valor venal deve impactar positivamente na arrecadação de IPTU em nosso município este ano. Relata que a outra dúvida é referente aos slides que viu, onde fala sobre a capacidade de endividamento do município, onde está descrito 16% da disponibilidade, que está na casa de 243 milhões. Solicita ao assessor Willian para colocar os slides. Informa que, ao ver a apresentação, se recordou do Projeto de Lei que está em tramitação na Câmara Municipal, solicitando uma autorização para contratação de financiamento na ordem de 500 milhões. Waldiclei indaga se a prefeitura poderá liberar junto à Secretaria do Tesouro Nacional ou se eventualmente vai ter que mexer no Projeto de Lei que está em tramitação na Câmara. Informa que outro apontamento é devido à fala do Vereador Olizandro Junior em questão às multas, relata que ao pesquisar no portal de transparência na opção Detran, aparece o que em tese está previsto a arrecadação de multas. Informa ter entendido durante a apresentação que existe outra possibilidade para o dinheiro arrecadado em multas e questiona se tem uma outra fonte na pesquisa. Relata ainda sobre a explicação de Willian da história do voltar para entrar no caixa geral da Prefeitura, diz saber que o DETRAN arrecada os valores das multas e uma cota parte vem para Araucária, questiona se este valor entra no caixa geral ou se vem com uma fonte específica. Willian informa que entra em uma fonte específica do convênio DETRAN relata ainda que em referência a esse limite anual, que o Projeto está sendo tramitado aqui na Câmara, por mais que o Projeto esteja com valor maior, explica que o município estará limitado a contratar os valores, esclarece que ao seu entender o valor creditado a prefeitura será diluído nos 4 anos deste governo, O Secretario Vinicius solicita momento de fala e esclarece que este valor entrará numa fonte vinculada sem dar certeza relata





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

valor de 507 milhões e em relação ao IPTU, informa terem a intenção de rever a planta genérica, ressalta que é de grande importância que os contribuintes entrem com pedido de impugnação, pois através desses dados poderão embasar um estudo posterior para revisão da planta genérica, informa ainda que a planta genérica terá um impacto para os municípios, pois o valor venal é alto, porém ele tem desconto progressivo de 95%; informa ainda que para a prefeitura vai aumentar em 4 milhões a arrecadação de IPTU pelo previsto pela secretaria, relata ter respondido as perguntas e se compromete em mandar para a Câmara a arrecadação total das multas a fim de dar transparência. William solicita momento de fala para complementar sobre as multas. Ele relata que todos os municípios devem seguir uma classificação contábil da Secretaria do Tesouro Nacional, que antigamente as multas ficavam separadas em receitas correntes, então era possível encontrar os montantes nesse grupo de receita. Agora, após algumas atualizações da forma de contabilizar as multas de impostos, elas ficam junto com a classificação do imposto, assim fica um pouco mais burocrático a pesquisa de valores separados. Informa que a pergunta deve ser mais assertiva, para que possam realizar a busca correta. Vereador Leandro relata que o jornalista Waldiclei perguntou sobre o conflito entre o poder de endividamento do município com a lei que pode ser votada nos próximos dias da liberação de 500 milhões para o município. Direciona a pergunta para o Secretário de Finanças, Sr. Vinicius se conflita entre o poder do endividamento com a aquisição de um empréstimo acima do poder de endividamento, que é de 500 milhões, podendo não usar os 500 milhões, como isto é encarado e visto. Vinicius relata que irá complementar que os processos de IPTU até o presente momento foram 334 de impugnação. Informa que tem sim o processo tramitando de 500 milhões e que sim relata que o limite é de 249 milhões por ano, não quer dizer que a secretaria irá usar todo o valor, só estamos querendo uma autorização para que possamos pegar se necessário, para responder a pergunta informa que ele conflita sim e o limite é 16% na nossa receita de corrente líquida, assim encerrando sua fala. Vereador Leandro questiona se alguém tem mais alguma pergunta, não havendo, o Vereador agradece a explicação do sr. Willian elogia a apresentação logo após o Vereador Leandro Andrade Preto passar a palavra para o Chefe da Divisão Financeira e Contábil da Câmara, Eduardo Faria Blaszczyk, para iniciar a apresentação dos dados, o qual fez uma breve apresentação dos dados com o resumo da evolução das despesas, o percentual das aplicações dos recursos e os índices fiscais. Foi aberto espaço para perguntas e questionamentos. O vereador Olizandro Junior solicita momento de fala e questiona qual o valor que a Câmara arrecadou no primeiro quadrimestre. Eduardo informa que as transferências recebidas foram de 16 milhões, então Olizandro relata que o que lhe chamou a atenção na apresentação é que o gasto da folha foi de 6 milhões e outros chegou a 7 milhões. E questionou o que seriam os outros. Eduardo informa que seriam os contratos que a Câmara tem, conforme os contratos das terceirizadas em resumo geral. Olizandro questiona quantos cargos a Câmara tem de concursados. Eduardo informa não saber com precisão, mas que há uma média de 70 cargos concursados. O vereador Olizandro relata que este fato de terem ultrapassado lhe chamou a atenção e agradece a disponibilidade de Eduardo. Vereador Leandro novamente indaga se alguém tem mais alguma pergunta, então Waldiclei solicita momento de fala e relata saber que a Câmara realizou o chamamento dos servidores do último concurso para este ano. O mesmo questiona se o setor consegue esclarecer a diferença da despesa da Câmara com servidores efetivos e servidores comissionados, já com a nova composição da reestruturação do quadro de servidores comissionados que incrementou algumas coisas. Já logo aproveitou para questionar se as despesas com o pessoal da Câmara no primeiro quadrimestre foram inferiores às despesas com outros serviços. Eduardo responde que





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

sim, relata que foram cerca de 6 milhões com pessoal e em cargos e outras despesas foram 6800. Waldiclei questiona se estas despesas são historicamente assim mesmo ou historicamente a despesa com pessoal é maior que as outras despesas. Eduardo informa que recentemente houve uns incrementos nos contratos da Câmara referente a aluguel de equipamento de TI, então este valor aumentou e tem outros serviços que estão sendo licitados e a tendência é aumentar, informa que a diferença sempre é pequena, não foi muito exorbitante, portanto não podemos aumentar o gasto com pessoal, relata que em relação às projeções alega que pode ser feitas, tanto que quando foi realizado o concurso, um dos requisitos básicos era fazer a projeção do aumento com gasto com pessoal, informa que terá um aumento dos servidores, assim teremos uma estimativa mais adequada ao gastos que irão aumentar e em relação ao concurso informa que tem realizado chamamento pois ainda tem algumas vagas para ser preenchidas, então teremos uma projeção menor do que o esperado, e compromete-se em levantar informações para repassar. Waldiclei questiona se existe uma projeção de todas as interferências que vêm para a Câmara do total geral que está previsto, do quanto a Câmara tende a devolver para o Poder Executivo ao final do exercício ou se tem algum tipo de projeção para que estas devoluções sejam feitas antes do final do ano. Eduardo inicia sua fala relatando que geralmente são realizadas reuniões com o setor de compras e licitações, porque algumas vezes a licitação fracassa ou por algum motivo ocorre no ano seguinte, assim havendo uma sobra do orçamento. Desta forma, podemos realocar estes valores através de créditos adicionais e até que tenhamos certezas das licitações, não temos uma projeção do que realmente teremos para devolver. Waldiclei agradece o esclarecimento de Eduardo. Então, o vereador Leandro Andrade Preto declarou encerrada a audiência, agradecendo a todos e informando que no final do mês de setembro de 2025 haverá uma nova audiência pública. Nada mais foi tratado e/ou discutido, a audiência foi encerrada e a presente ata segue assinada pelos membros presentes da Comissão de Finanças e Orçamento.

(Assinado eletronicamente)

Vereador Leandro Andrade Preto
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E
ORÇAMENTO - CFO

